

**Companhia Coreano - Brasileira de  
Pelotização - Kobrasco**

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2014 e 2013**

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



**KPMG Auditores Independentes**  
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º  
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888  
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400  
Fax 55 (21) 3515-9000  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Acionistas da  
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco  
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

2. A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização – Kobrasco em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Ênfase**

7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, as receitas da Sociedade estão concentradas com seu acionista Vale S.A. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### ***Demonstração do valor adicionado***

8. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração apresentada de forma suplementar foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

9. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 17 de março de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC-SP-14428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto  
Contador CRC RJ-064887/O-8

# Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

## Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Notas</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	232.363	138.548	Fornecedores		3.522	992
Contas a receber				Dividendos a pagar	7(a)	33.366	19.828
Partes relacionadas	7	904	10.182	Tributos a pagar	12	47.580	26.748
Outros		55	1.086	Outros passivos		<u>86</u>	<u>79</u>
Tributos a recuperar	8	1.345	816			<u>84.554</u>	<u>47.647</u>
Outros ativos		<u>21</u>	<u>215</u>				
		<u>234.688</u>	<u>150.847</u>	Não circulante			
				Provisão para contingências	12(c)	<u>4.041</u>	<u>853</u>
Não circulante				Patrimônio líquido	14		
Realizável a longo prazo				Capital social		214.410	214.410
Depósitos judiciais	13(b)	14.618	16.249	Reserva de lucros		<u>234.546</u>	<u>191.412</u>
Tributos diferidos	11(a)	<u>1.157</u>	<u>288</u>			<u>448.956</u>	<u>405.822</u>
		<u>15.775</u>	<u>16.537</u>				
Imobilizado	9	287.088	286.931				
Intangível	10	<u>-</u>	<u>7</u>				
		<u>302.863</u>	<u>303.475</u>				
<b>Total do ativo</b>		<u><b>537.551</b></u>	<u><b>454.322</b></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>537.551</b></u>	<u><b>454.322</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações do capital social )

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita líquida de arrendamento	16	220.329	137.298
Custo do arrendamento	17	<u>(16.349)</u>	<u>(16.551)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>203.980</u>	<u>120.747</u>
<b>Despesas operacionais</b>	18		
Gerais e administrativas		(1.647)	(1.450)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(3.047)</u>	<u>962</u>
		<u>(4.694)</u>	<u>(488)</u>
<b>Lucro operacional</b>		<u>199.286</u>	<u>120.259</u>
<b>Resultado financeiro</b>	19		
Receitas financeiras		6.686	6.334
Despesas financeiras		<u>(1.577)</u>	<u>(451)</u>
Receitas financeiras, líquida		<u>5.109</u>	<u>5.883</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>204.395</u>	<u>126.142</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Corrente	11(b)	(69.279)	(42.462)
Diferido	11(a)	<u>869</u>	<u>(193)</u>
		<u>(68.410)</u>	<u>(42.655)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>135.985</u>	<u>83.487</u>
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social - Básico e diluído – Em Reais		<u>33,82</u>	<u>20,76</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício		135.985	83.487
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>		<u><u>135.985</u></u>	<u><u>83.487</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>					<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva para investimentos</u>	<u>Reserva de dividendo adicional proposto</u>	<u>Lucros acumulados</u>	
<b>Em 1º de janeiro de 2013</b>	214.410	36.185	114.069	48.211	-	412.875
Dividendos do exercício 2012 (AGO 23 de abril de 2013)	-	-	(22.501)	(48.211)	-	(70.712)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	83.487	83.487
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	4.174	-	-	(4.174)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(19.828)	(19.828)
Reserva de dividendo adicional proposto	-	-	-	59.485	(59.485)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	214.410	40.359	91.568	59.485	-	405.822
Dividendos do exercício 2013 (AGO 17 de abril de 2014)	-	-	-	(59.485)	-	(59.485)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	135.985	135.985
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	2.523	-	-	(2.523)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(33.366)	(33.366)
Reserva de dividendo adicional proposto	-	-	-	100.096	(100.096)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>214.410</u>	<u>42.882</u>	<u>91.568</u>	<u>100.096</u>	<u>-</u>	<u>448.956</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		204.395	126.142
<b>Ajustes</b>			
Depreciação e amortização	9 e 10	16.862	17.018
Perda com baixa de imobilizados/intangíveis		-	25
Resultado de equivalência patrimonial		-	10
Provisão (reversão) para contingências	18	1.847	(322)
Provisão para perda com ICMS	18	(349)	(511)
Juros, variações monetárias s/ depósitos judiciais e contingências	19	2.979	(663)
		<u>225.734</u>	<u>141.699</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		10.309	(11.263)
Tributos a recuperar		(175)	1.185
Depósitos judiciais		-	826
Outros ativos		194	91
Fornecedores		2.530	(1.785)
Tributos a pagar		(272)	473
Provisão para contingências		(12)	
Outros passivos		7	(55)
		<u>238.315</u>	<u>131.171</u>
Tributos sobre o lucro pagos		<u>(48.175)</u>	<u>(45.294)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<u>190.140</u>	<u>85.877</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	9	(17.012)	(14.179)
Recebimento com venda de ativos	18	-	5.988
Baixa de investimento		-	344
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<u>(17.012)</u>	<u>(7.847)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos		<u>(79.313)</u>	<u>(94.282)</u>
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>		<u>(79.313)</u>	<u>(94.282)</u>
<b>Aumento (redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>		93.815	(16.252)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<u>138.548</u>	<u>154.800</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<u>232.363</u>	<u>138.548</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

## Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Receitas</b>			
Venda bruta de produtos e serviços	16	242.787	151.293
Outras receitas (despesas)		<u>(4.604)</u>	<u>24</u>
		<u>238.183</u>	<u>151.317</u>
<b>Valor adicionado bruto produzido pela Sociedade</b>			
Depreciação e amortização		<u>(16.862)</u>	<u>(17.018)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade</b>		<u>221.321</u>	<u>134.299</u>
<b>Valor recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	19	6.686	6.093
Resultado de equivalência patrimonial		<u>-</u>	<u>(10)</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<u>228.007</u>	<u>140.382</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
Honorário de diretoria		<u>48</u>	<u>33</u>
Impostos, taxas e contribuições		<u>90.499</u>	<u>56.672</u>
Juros e variações monetárias e cambiais		<u>1.475</u>	<u>190</u>
Dividendos		33.366	19.828
Lucros retidos		<u>102.619</u>	<u>63.659</u>
		<u>135.985</u>	<u>83.487</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<u>228.007</u>	<u>140.382</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco ("Sociedade") tem sede e planta industrial em Vitória - ES. A Sociedade foi constituída mediante associação da Vale S.A. ("Vale") com a Posco Investments Co. ("Posco"). Suas atividades compreendiam a produção e comercialização de pelotas de minério de ferro.

Em 1º de junho de 2008 a Sociedade celebrou com seu acionista Vale contrato de arrendamento operacional de sua usina de pelotização, vigorando a partir da data de sua assinatura. Este contrato tem o objetivo de gerar ganhos de sinergia com as usinas de pelotização já administradas pela Vale.

Em 2013 foi extinta a Kobrasco International Trading Company - KOBIN, sua subsidiária integral, cujo principal objetivo consistia na intermediação de operações comerciais e financeiras no mercado internacional, dessa forma não serão mais apresentadas as demonstrações contábeis consolidadas.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 18 de março de 2015.

### **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

#### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor.

#### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade e, também sua moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

## 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

## 2.4 Ativos financeiros

### 2.4.1 Classificação

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis, a Sociedade somente possuía ativos financeiros classificados sob a categoria empréstimos e recebíveis.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem "Contas a receber", "Depósitos judiciais" e "Caixa e equivalentes de caixa".

### 2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

### 2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.4.4 *Impairment de ativos financeiros*

##### *Ativos mensurados ao custo amortizado*

A Sociedade avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Sociedade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. A Sociedade, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira.
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Sociedade avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não havia evidência objetiva de *impairment* nos ativos financeiros da Sociedade.

## 2.5 Contas a receber de partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas correspondem aos valores a receber pelo valor da contraprestação a receber do arrendatário. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## 2.6 Ativos intangíveis

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *software* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *software* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

## 2.7 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25
Instalações e sistemas operacionais	3 a 10
Equipamentos autônomos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado .

## 2.8 **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Em 2014 e 2013, a Administração não identificou qualquer evento ou circunstância que indicasse que o valor contábil não será recuperável.

## 2.9 **Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## 2.10 **Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## 2.11 **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

## **2.12 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

## **2.13 Reconhecimento da receita**

Arrendamentos mercantis para os quais a Sociedade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo arrendamento da usina à Vale, sendo apropriada mensalmente ao resultado e na medida em que:

- Os custos relacionados a esse arrendamento possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurada com segurança; e
- Seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e realizadas exclusivamente aos sócios na proporção da participação acionaria.

## **2.14 Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.



## **2.15 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Sociedade ao final do exercício, com base no estatuto social da Sociedade que prevê o dividendo mínimo de 25%.

## **2.16 Novas normas e interpretações**

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Sociedade estão abaixo apresentadas. A Sociedade pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pelo CFC.

- **IFRS 9 Financial instruments** - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9 – Financial instruments, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Vale está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis
- **Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization** – Em maio de 2014 o IASB emitiu atualizações aos pronunciamentos IAS 16 – Property, Plant and Equipment e IAS 38 – Intangible Assets, estabelecendo como métodos aceitáveis de depreciação e amortização de ativos o padrão esperado de consumo dos futuros benefícios econômicos de um ativo. O IASB esclarece que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo e também para medir o consumo dos benefícios econômicos incorporados a um ativo intangível, não são apropriados. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e a Vale está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização nas demonstrações contábeis.
- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers** – Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 – Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes (exceto para os contratos que estão dentro do âmbito das normas de contrato de lease, contratos de seguros e instrumentos financeiros), e substitui os atuais pronunciamentos IAS 18 – Revenue, o IAS 11 – Construction contracts e as interpretações relacionadas ao reconhecimento de receitas. O princípio deste fundamento para o reconhecimento de receita, é o de descrever a transferência a clientes, dos bens ou serviços em valores que reflitam o pagamento ao qual se tem o direito na troca desses bens ou serviços. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2017 e a Vale está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

## **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, são:

### ***Imposto de renda, contribuição social e outros impostos***

A Sociedade está sujeito ao pagamento de imposto de renda de acordo com a legislação brasileira. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

### ***Vida útil dos ativos***

A Sociedade reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

### ***Provisões para contingências***

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A constituição de provisão para contingência é determinada com base nos prognósticos de perda dos consultores jurídicos da Sociedade, os quais são avaliados e definidos pela administração.

## **4 Gestão de risco financeiro**

### **4.1 Fatores de risco financeiro**

Após o arrendamento operacional dos ativos, a Sociedade passou a restringir seu risco financeiro, notadamente o risco de crédito e liquidez.

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e depósitos em bancos, que são mantidos com instituições financeiras de primeira linha. A Sociedade avalia os riscos das instituições com base em metodologia específica.

#### ***a. Risco de crédito***

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e depósitos em bancos, que são mantidos com instituições financeiras de primeira linha, e contas a receber com seu acionista Vale. A Sociedade avalia os riscos das instituições com base em metodologia específica.

#### ***b. Risco de liquidez***

A previsão de fluxo de caixa é realizada na entidade operacional da Sociedade e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais

O excesso de caixa mantido pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

## 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos sócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Sociedade pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

## 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Sociedade para instrumentos financeiros similares.

## 5 Instrumentos financeiros por categoria

	<b>Recebíveis</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	232.363	138.548
Contas a receber de clientes	959	11.268
Depósitos judiciais	14.618	16.249
	247.940	166.065
	<b>Outros passivos financeiros</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	3.522	992
Outros	86	79
	3.608	1.071

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Caixa e bancos	318	346
Aplicações financeiras	232.045	138.202
	232.363	138.548

As aplicações financeiras estão representadas basicamente por quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade em 2014 de 10,86% (8,10% em 2013). Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

## 7 Transações com parte relacionadas

### a. Transações e saldos

	Ativo		Passivo	
	2014	2013	2014	2013
Contas a receber - Vale S.A.	904	10.182	-	-
Dividendos a pagar				
Vale S.A..	-	-	16.683	9.914
Posco Investments Co. Ltd.	-	-	<u>16.683</u>	<u>9.914</u>
Circulante	<u>904</u>	<u>10.182</u>	<u>33.366</u>	<u>19.828</u>

Os principais saldos de resultado operacional e financeiro com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas de arrendamento		
Vale S.A.	<u>242.787</u>	<u>151.293</u>

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas por meio de contratos celebrados entre as partes.

### b. Remuneração do pessoal-chave da administração

As informações apresentadas incluem as bases referentes a diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Honorários da diretoria	<u>48</u>	<u>33</u>

Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo.

## 8 Tributos a recuperar

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
IRPJ a recuperar	403	772
CSLL a recuperar	48	44
PIS a recuperar	163	-
COFINS a recuperar	<u>731</u>	<u>-</u>
	<u>1.345</u>	<u>816</u>

## 9 Imobilizado

	Edificações	Instalações e sistemas operacionais	Equipamentos autônomos	Outros	Total em operação	Imobilizado em curso	Imobilizado total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>							
Saldo inicial	944	224.616	5.516	347	231.423	64.350	295.773
Aquisição	-	-	-	-	-	14.179	14.179
Transferência	459	25.171	6.571	3.945	36.146	(36.146)	-
Alienações	-	-	(5.987)	-	(5.987)	(26)	(6.013)
Depreciação	(71)	(15.873)	(744)	(320)	(17.008)	-	(17.008)
<b>Saldo final</b>	<b>1.332</b>	<b>233.914</b>	<b>5.356</b>	<b>3.972</b>	<b>244.574</b>	<b>42.357</b>	<b>286.931</b>
Custo total	2.208	388.384	8.047	5.210	403.849	42.357	446.206
Depreciação acumulada	(876)	(154.470)	(2.691)	(1.238)	(159.275)	-	(159.275)
Saldo contábil, líquido	<u>1.332</u>	<u>233.914</u>	<u>5.356</u>	<u>3.972</u>	<u>244.574</u>	<u>42.357</u>	<u>286.931</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>							
Saldo inicial	1.332	233.914	5.356	3.972	244.574	42.357	286.931
Aquisição	-	-	-	-	-	17.012	17.012
Transferência	105	11.846	247	316	12.514	(12.514)	-
Depreciação	(87)	(15.494)	(789)	(485)	(16.855)	-	(16.855)
<b>Saldo final</b>	<b>1.350</b>	<b>230.266</b>	<b>4.814</b>	<b>3.803</b>	<b>240.233</b>	<b>46.855</b>	<b>287.088</b>
Custo total	2.545	393.308	8.296	5.250	409.399	46.855	456.254
Depreciação acumulada	(1.195)	(163.042)	(3.482)	(1.447)	(169.166)	-	(169.166)
Saldo contábil, líquido	<u>1.350</u>	<u>230.266</u>	<u>4.814</u>	<u>3.803</u>	<u>240.233</u>	<u>46.855</u>	<u>287.088</u>

A companhia classifica toda depreciação como custo de arrendamento.

## 10 Intangível

	<u>2014</u>	<u>Amortização</u>	<u>2013</u>
Software	179		179
Amortização acumulada	(179)	(7)	(172)
	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>7</u>

## 11 Imposto renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores constantes no ativo não circulante, na linha de "Tributos diferidos" são correspondentes a imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de diferença temporárias sobre provisões de contingências e atualização de depósitos judiciais.

A Sociedade possui os seguintes montantes de diferenças temporárias, conforme demonstrados:

	<u>Base</u>		<u>Alíquota</u>	<u>Imposto e contribuição</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>		<u>2014</u>	<u>2013</u>
Diferenças temporárias sobre provisões	4.041	853	34%	1.374	290
Diferenças temporárias sobre atualização de depósitos judiciais	<u>(638)</u>	<u>(6)</u>	34%	<u>(217)</u>	<u>(2)</u>
	<u>3.403</u>	<u>847</u>		<u>1.157</u>	<u>288</u>

**b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes que afetam os resultados dos exercícios, reconciliados com a alíquota nominal, são demonstrados como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	204.395	126.142
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(69.494)	(42.888)
Reversões de provisão para perda de ICMS	119	174
Outros permanentes	<u>965</u>	<u>59</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(68.410)</u>	<u>(42.655)</u>
Corrente	(69.279)	(42.462)
Diferido	<u>869</u>	<u>(193)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(68.410)</u>	<u>(42.655)</u>

## 12 Tributos a pagar

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)		
Devida no ano	18.687	11.248
Antecipada no ano	(6.835)	(4.862)
Saldo a pagar em dezembro	11.852	6.386
Imposto de renda (IRPJ)		
Devida no ano	50.592	31.214
Antecipada no ano	(18.192)	(12.187)
Saldo a pagar em dezembro	32.400	19.027
Outros	3.328	1.335
	<b>47.580</b>	<b>26.748</b>

## 13 Contingências e compromissos assumidos

Nas datas das demonstrações contábeis, a Sociedade apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	<b>2014</b>		<b>2013</b>	
	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisão Para Contingências</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisão para contingências</b>
ICMS sobre demanda de energia elétrica	11.601	4.004	11.223	-
Encargo de capacidade emergencial	2.985	-	4.995	-
Reclamações trabalhistas e outros	32	37	31	853
	<b>14.618</b>	<b>4.041</b>	<b>16.249</b>	<b>853</b>

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela posição de seus consultores legais externos e seus valores são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas. Em determinados processos judiciais, ao invés de efetuar o depósito judicial, a Sociedade apresentou fianças bancárias que totalizam R\$ 12.724.

### a. Contingências com perdas possíveis

Adicionalmente, a Sociedade possui o montante de R\$ 276.377 (R\$ 573.221 em 2013), referente a processos das naturezas tributárias, que, conforme estimativas da administração e posição de seus consultores jurídicos foram classificadas com expectativa de perda possível, não requerendo a constituição de provisão para contingências.

A causa possível mais relevante em 31 de dezembro de 2014 encontra-se descrita abaixo:

No período de 2006 a 2008, a Sociedade foi autuada pela Receita Federal do Brasil referente a cobrança de PIS/PASEP e COFINS sobre a operação de venda de pelotas com o fim de exportação. O valor atualizado dos referidos processos é de R\$ 260.657.

A Sociedade atua na produção e venda de pelotas de minério de ferro aglomerados (pelotas) e não aglomerados (finos). De acordo com entendimento da Administração e seus assessores jurídicos, o minério de ferro não aglomerados (finos) é comercializado no mercado interno e já sofre a devida tributação, enquanto que o minério de ferro aglomerado (pelotas) é comercializado no mercado externo e, por isso, fica afastada a incidência de PIS/PASEP e COFINS sobre a operação de vendas de pelotas com o fim de exportação.

**b. Depósitos judiciais**

	<b>2013</b>	<b>Atualização monetária adição (baixa)</b>	<b>2014</b>
ICMS sobre demanda de energia elétrica	11.223	378	11.601
Encargo de capacidade emergencial	4.995	(2.010)	2.985
Reclamações trabalhistas e outros	31	1	32
	<u>16.249</u>	<u>(1.631)</u>	<u>14.618</u>

**c. Provisão para contingências**

	<b>2013</b>	<b>Adições e (baixas)</b>	<b>Atualização monetária e juros adição (baixa)</b>	<b>2014</b>
Encargo de capacidade emergencial	-	2.271	1.733	4.004
Reclamações trabalhistas e outros	853	(436)	(380)	37
	<u>853</u>	<u>1.835</u>	<u>1.353</u>	<u>4.041</u>

**14 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

A composição acionária do capital social emitida e integralizada, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	<b>Número de ações</b>
Ações ordinárias nominativas sem valor nominal	
Acionista do país	2.010.719.185
Acionista do exterior	2.010.719.185
	<u>4.021.438.370</u>

O capital do acionista domiciliado no exterior está registrado no Banco Central do Brasil por US\$ 38.500 mil (dólares norte-americanos) e KRW 38.668.971 mil (Won/Coreia-Sul).



**b. Dividendos propostos**

Os acionistas têm direito de receber um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, calculado conforme Estatuto Social da Sociedade.

Conforme preconizado pelo ICPC 08 o excedente aos 25% do lucro líquido do exercício será mantido no patrimônio líquido, no grupo de reserva de dividendos adicional proposto.

Os dividendos a pagar, relativo ao exercício de 2013 no valor de R\$ 79.313 deliberados por meio da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 17 de abril de 2014 foram pagos aos seus acionistas durante o exercício de 2014.

**c. Reservas de lucros**

***Reserva legal***

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

***Reserva para investimentos***

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Sociedade, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

***Reserva para dividendo adicional proposto***

Constituída com base no ICPC-08. O saldo excedente das reservas de lucros, considerando esta reserva, em relação ao capital social, será deliberada pela Assembleia de sócios.

**d. Destinação do resultado do exercício**

A administração propôs aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte destinação do resultado:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Origens</b>		
Lucro líquido do exercício	135.985	83.487
(-) Reserva legal 5% (lucro líquido do exercício) (*)	(2.523)	(4.174)
Total das origens	<b>133.462</b>	<b>79.313</b>
<b>Destinações</b>		
Dividendos propostos	33.366	19.828
Reserva de dividendo adicional proposto	100.096	59.485
Total das destinações	<b>133.462</b>	<b>79.313</b>

(\*) No exercício de 2014, com a finalidade de não exceder a 20% do capital social, a reserva legal foi inferior aos 5%.

## 15 Créditos fiscais de ICMS

Em maio de 2008, a Sociedade vendeu parte dos créditos de ICMS ao acionista Vale com deságio de aproximadamente 30%. A Sociedade constituiu provisão para perda com a não realização destes créditos, sem qualquer efeito tributário, devido as baixas perspectivas de recuperação plena dos mesmos.

Adicionalmente, a Sociedade possui em 31 de dezembro de 2014 R\$ 25.768 (2013 - R\$ 26.378) de créditos de ICMS que ainda não foram negociados e que também se encontram totalmente provisionados em função da Sociedade não ter estimativa de recuperação desse saldo.

## 16 Arrendamento operacional

Em junho de 2008, a Sociedade celebrou com o seu acionista Vale contrato de arrendamento operacional da sua Usina de Pelotização, vigorando a partir da data da sua assinatura com vigência de cinco anos. Este contrato tem o objetivo de gerar ganhos de sinergia com as usinas de pelotização já administradas pela Vale, que deverá pagar os seguintes valores: (i) parcela fixa anual de R\$ 63.650, a serem reajustados no final de cada ano civil, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV), e (ii) uma variável resultante da performance da Planta de Pelotização.

Em 30 de dezembro de 2010 foi elaborado a 2ª alteração ao contrato de arrendamento operacional, que passou a vigorar a partir da data de execução desta alteração. A parcela fixa anual foi ajustada para R\$ 32.300, com prazo de vigência inalterado. Essa parcela será reajustada no final de cada ano civil, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado, publicados pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV).

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Parcela fixa	38.621	36.598
Parcela variável	<u>204.166</u>	<u>114.695</u>
	<u>242.787</u>	<u>151.293</u>

A reconciliação da receita do arrendamento para a receita líquida é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita com arrendamento	242.787	151.293
Impostos sobre arrendamento	<u>(22.458)</u>	<u>(13.995)</u>
Receita líquida	<u>220.329</u>	<u>137.298</u>

## 17 Custo do arrendamento

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Depreciação e amortização	(16.862)	(17.018)
Crédito de PIS e COFINS sobre depreciação	<u>513</u>	<u>467</u>
	<u>(16.349)</u>	<u>(16.551)</u>

## 18 Despesas operacionais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão (reversão de provisão) para contingências	(1.847)	322
Reversão para perda de ICMS	349	511
Pesquisa e Desenvolvimento	(2.162)	(1.151)
Honorários do conselho de administração	(48)	(33)
Custo na baixa de ativo imobilizado	-	(6.013)
Receita na venda de ativo imobilizado	-	5.988
Outras despesas operacionais	<u>(986)</u>	<u>(112)</u>
	<u>(4.694)</u>	<u>(488)</u>

## 19 Resultado financeiro

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Receita financeira</b>		
Rendimento de aplicação financeira	8.235	5.671
Atualização monetária depósitos judiciais	(1.631)	421
Atualização monetária de imposto a recuperar	5	-
Reversão de juros sobre contingências	-	242
Outras receitas financeiras	<u>77</u>	<u>-</u>
	<u>6.686</u>	<u>6.334</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre mora, multas, taxas e comissões	(105)	(16)
Juros sobre contingências	(1.353)	-
IOF	(18)	(9)
Outras despesas financeiras	<u>(101)</u>	<u>(426)</u>
	<u>(1.577)</u>	<u>(451)</u>
<b>Receitas financeiras, líquidas</b>	<u>5.109</u>	<u>5.883</u>

## 20 Cobertura de seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possuía uma apólice de seguro contratada com terceiros, para cobertura de todos os riscos de danos materiais, inclusive quebra de máquinas e interrupção de produção e conseqüente perda de receita, sendo que o montante da cobertura corresponde a R\$ 2.004.767 (R\$ 1.478.870 em 2013).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**Diretoria**

Armando Maurício Max  
Diretor Superintendente

Leonardo Gava  
Diretor

**Responsáveis Técnicos**

Marcus V. Woelffel Martins  
Gerente de Contabilidade Subs. Brasil

Almir Alves da Paz  
TC-CRC-RJ 061231/O-6